



As relações entre imaginação e planejamento nos processos de criação coletiva das Políticas Públicas em Educação

The relations between imagination and planning in the collective creation processes of Public Policies in Education

Les relations entre l'imagination et la planification dans les processus de création collective des Politiques Publiques en Éducation

Carolina Nascimento Dias¹
Universidade Estadual de Campinas

Resumo: O presente artigo propõe realizar uma articulação entre bibliografias referentes às temáticas acerca do Planejamento em Políticas Públicas de Educação e o Desenvolvimento Humano a partir da Teoria Histórico-Cultural, sobretudo a dimensão da imaginação e criação. Para isso, relacionamos os conceitos de trabalho, atividade criadora, produção imaginária e planejamento, destacando as aproximações desses conceitos e a relevância deles para a elaboração de Políticas Públicas em Educação que tenham como foco o coletivo. Acreditamos que a inadaptação faz com que os sujeitos mobilizem potências criadoras e que o planejamento tem relação com esse processo, pois pressupõe desenhos de futuro que, se críticos, podem articular coletivos e contribuir com a transformação da realidade e emancipação humana.

Palavras-chave: Planejamento. Políticas Públicas. Desenvolvimento Humano. Teoria Histórico-Cultural. Imaginação e criação.

Abstract: This article proposes an articulation between bibliographies referring to themes about Planning in Public Policies for Education and Human Development from a Historical-Cultural Theory perspective, especially the dimension of imagination and creation. For this, we relate the concepts of work, creative activity, imaginary production and planning, highlighting the approximations of these concepts and their relevance for the concept of Public Policies in Education that are focused on the collective. We believe the unsuitability causes the subjects to mobilize creative powers and that planning is related to this process, since it presupposes designs of the future that, if it's critical, can articulate collectives and contribute with the transformation of reality and human emancipation.

Keywords: Planning. Public Policy. Human Development. Historical-Cultural Theory. Imagination and creation.

Résumé: Cet article propose une articulation entre bibliographies concernant aux thèmes de la Planification des Politiques Publiques d'Éducation et du Développement Humain de la Théorie Historico-Culturelle, en particulier la dimension de l'imagination et de la création. Pour cela, nous relient les concepts de travail, d'activité créative, de production imaginaire et de planification, en mettant en évidence les approximations de ces concepts et leur pertinence pour l'élaboration de Politiques Publiques en Éducation qui se concentrent sur le collectif. Nous pensons que l'inadaptation amène les sujets à mobiliser

¹Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS); doutoranda em Psicologia e Educação na Universidade Estadual de Campinas – FE/UNICAMP. E-mail: carolina.ndias@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4451771491397334>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4112-3624>.

des pouvoirs créatifs et que la planification est liée à ce processus, car elle présuppose des conceptions futures qui, si elles sont critiques, peuvent articuler des collectifs et contribuer à la transformation de la réalité et à l'émancipation humaine.

Mots-clés: Planification. Politique Publique. Développement humain. Théorie Historico-Culturelle. Imagination et création.

Recebido em: 07 de outubro de 2020

Aceito em: 14 de abril de 2021

Introdução

*“Nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar”²*

Começamos este artigo com o trecho do poema “Nada é impossível de mudar”, de Bertolt Brecht, para provocarmos os leitores e já sinalizarmos o nosso ponto de partida, isto é, a nossa percepção da realidade enquanto produção humana e ação sobre a natureza, em que transformamos a realidade e ao mesmo tempo somos transformados por ela.

Discutir sobre Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano é refletir sobre vida, processo e esperança fundamentada na práxis - no sentido Freiriano de não se conformar com o que está dado, de não naturalizar o que é construído socialmente (FREIRE, 2002). Imaginar e planejar desenhos de futuro mais humanizados, incluídos e coletivos são exclusividades dos seres humanos que se traduzem em nosso potencial de transformarmos a realidade a partir de nossa ação intencional no mundo. A partir do materialismo histórico, o qual busca uma unidade entre teoria e ação, procuramos identificar como o modo de produção da vida material exerce influência no processo de vida social, política e cultural dos seres humanos.

Trabalho como categoria analítica

Apresentamos aqui alguns conceitos de trabalho elaborados por Marx para articularmos, em seguida, com a ideia de atividade humana desenvolvida por Vigotski³ (2009) e Pino (2006). A partir da análise filosófico-política de Marx acerca do trabalho humano, podemos estabelecer algumas relações com a concepção de atividade criadora proposta por estudiosos da Psicologia Histórico-Cultural.

² BRECHT, Bertolt. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1982

³ A grafia do nome do autor irá variar ao longo do texto, pois iremos respeitar as traduções realizadas conforme as edições dos livros as quais tivemos acesso.

Segundo Marx (2013):

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (p.326).

Marx faz a defesa do trabalho como exclusivo do homem⁴. Para isso, compara o trabalho humano às atividades complexas realizadas por alguns animais, como é o caso das aranhas e abelhas na construção de suas teias e colmeias, respectivamente. Marx dirá que o que diferencia o homem desses animais é o fato de que aquele pensa e planeja antes de construir algo. Isto é, a atividade humana é teleológica, orientada a um fim.

Nesse sentido, o autor identifica três momentos simples do processo de trabalho, sendo eles: a atividade do homem orientada a um fim; o objeto; e os meios/instrumentos. O primeiro refere-se ao processo anteriormente discutido, o qual pressupõe o planejamento das ações; o objeto diz respeito ao que se age, isto é, o locus material ou imaterial que é transformado a partir dos objetivos de trabalho; por fim, os meios ou instrumentos representam aquilo que o homem interpõe entre si e o objeto de trabalho, servindo-lhe como guia da sua atividade sobre o objeto (MARX, 2013).

Vale ressaltar que os primeiros instrumentos que o homem tem acesso são seus próprios órgãos corporais, sendo que a limitação desses órgãos o levou à busca e à invenção de outros instrumentos, como prolongamento do seu corpo. Desse modo, vemos que o uso e criação de tais meios de trabalho também são características específicas do processo de trabalho humano, que permitiu e ainda permite a humanidade deixar de ser uma espécie meramente adaptativa, tornando-se ativa (MARX, 2013).

Disso concluímos que é na práxis que o homem constrói e transforma a si e ao mundo. Conforme Marx discorreu na II Tese de Feuerbach: “É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é pura

⁴ Manteremos no texto a terminologia *homem*, usada por Marx. No entanto, acreditamos ser importante ressaltarmos que o sentido empregado é o de ser humano, de modo que não tenhamos um entendimento que exclua as mulheres de todo processo aqui apresentado e discutido.

escolástica” (1998, p.100). O ser humano, portanto, existe no mundo de forma ativa, em constante criação e intervenção na/da realidade.

É o trabalho criador que permite que o homem se torna cada vez mais livre e mais emancipado. No entanto, isso não acontece quando o trabalho se torna alienado, isto é, quando o trabalhador é rebaixado a nível de mercadoria e o produto do seu trabalho se torna estranho a ele, não se reconhecendo no produto que ele mesmo produziu (MARX, 2017).

A alienação do trabalhador no objeto exprime-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, tanto mais bárbaro o trabalhador, quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza (MARX, 2017, p.146).

Com a alienação do processo, o trabalho deixa de pertencer ao trabalhador e passa a pertencer ao outro. O homem vai então se desumanizando, pois o trabalho deixa de ser um meio de satisfazer as suas necessidades, para satisfazer a necessidade de um outro.

Nesse sentido, Marx (2017) propõe que a superação da alienação envolve a abolição da propriedade privada e do trabalho estranho como forma de resgatar essa dimensão do trabalho criador que produz de modo universal, isto é, para além do que a necessidade física imediata lhe impõe.

Psicologia histórico-cultural: da imaginação à atividade criadora

Vigotski (2000), influenciado pela teoria materialista de Marx, elaborou uma perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano destacando que é a partir das relações que estabelecemos com o meio e as outras pessoas que constituímos nosso psiquismo. Há uma “passagem das formas sociais de relações entre as pessoas (plano interpsicológico) para formas individuais de atividade psíquica (plano intrapsicológico)” (p. 41), sendo essa a lei geral do desenvolvimento cultural.

O princípio explicativo da Psicologia Histórico-Cultural é a lei geral de desenvolvimento cultural. Ela implica que toda função aparece duas vezes no desenvolvimento, primeiro no plano social e depois no plano psicológico. “As relações entre as funções psicológicas superiores foram antes relações entre os homens” (VYGOTSKI, 2006, p. 101, tradução nossa). Portanto, a gênese das funções psicológicas é social, só depois elas se individualizam.

Baseado na teoria materialista de Marx, Vygotski (2006) apresenta a sociogênese das funções psíquicas superiores como sendo um conjunto de relações sociais transferidas para o interior. O desenvolvimento está orientado para a conversão das relações sociais em funções psíquicas, em outras palavras, como o coletivo possibilita a existência das funções tipicamente humanas.

O conceito de atividade mediadora se faz fundamental nessa perspectiva, ele pressupõe o emprego de ferramentas/instrumentos e signos para o domínio da natureza e da própria conduta, o que leva ao desenvolvimento do psiquismo. Essa conduta consiste na base estrutural das formas culturais do comportamento (VYGOTSKI, 2006).

Instrumentos técnicos e semióticos são, portanto, ferramentas que possibilitam a transformação da natureza e que constituem o funcionamento mental, como é o caso dos signos. A forma verbal de linguagem, que é composta por signos, possibilita ao homem a existência da consciência, a orientação e a (inter)regulação das ações (VIGOTSKI, 2009).

Vigotski (2009) também se dedicou à questão da imaginação e criação. Distanciando-se de uma visão naturalista e cognitivista da natureza humana, destacou o potencial gerador e transformador da atividade criadora que possibilita ao homem planejar, projetar e construir suas próprias condições de existência. Para o teórico, a atividade criadora é a aquela em que algo novo é criado a partir das condições sociais e materiais de seu tempo.

O autor identifica dois tipos de atividades principais: a reconstituidora ou reprodutiva e a combinatória ou criadora. A primeira está ligada à memória e às experiências já vivenciadas, em que se reproduz uma criação já existente. Nela a importância da experiência anterior é valorizada, visto que facilita a adaptação do homem ao mundo. A outra atividade equivale a um esboço, na imaginação, de acontecimentos não vivenciados pela pessoa, como recompor o passado ou avaliar o futuro. É a essa atividade criadora que o autor atribui o novo, a projeção para o futuro na modificação do presente. Isso significa dizer que se não fosse a atividade criadora o homem permaneceria sempre na mesma condição (VIGOTSKI, 2009).

Vigotski (2009) ainda pontua que atividade criadora se dá pela imaginação. Sobre a imaginação, ele destaca que a sociedade a entende de uma forma confusa:

No cotidiano designa-se como imaginação ou fantasia tudo o que não é real, que não corresponde à realidade e, portanto, não pode ter nenhum significado prático sério. Na verdade, a imaginação, base de toda atividade criadora, manifesta-se, sem dúvida, em todos os campos da vida cultural, tornando também possível a criação artística, a ciência e a técnica. Nesse sentido, necessariamente, tudo o que nos cerca e foi feito pelas mãos do homem, todo o mundo da cultura, diferentemente do mundo da natureza, tudo isso é produção da imaginação e da criação humana que nela se baseia (p. 14).

A imaginação, nessa perspectiva teórica, é considerada como uma forma mais complexa de atividade psíquica a qual pressupõe a união de várias funções em suas estreitas relações, estando ela articulada às capacidades de planejamento e realizações humanas. Para o autor, ela precisa ser completada, realizada num artefato, obra, palavra, integrando a produção coletiva humana (VIGOTSKI, 2009).

Sawaia e Silva (2015) também nos ajudam a refletir sobre essa temática ao tratarem a imaginação, que é inseparável da emoção, como fundamental à atividade revolucionária. Para as autoras, é na imaginação que encontramos a possibilidade humana de alterar a história. Disso pressupomos a importância de a vida ser um constante processo de criação, para não incorrerem no determinismo. Isto é, “um ritual estético que surge não da tendência para a satisfação de pequenas necessidades contingenciais, mas do desejo de liberdade” (p. 357).

Influenciado pelo trabalho de Vigotski (2009) sobre imaginação e criação na infância e o trabalho social de Marx, Pino (2006) foi outro estudioso que discutiu sobre a produção imaginária e a questão da capacidade criadora do ser humano. Para isso, o autor realizou uma densa discussão sobre os conceitos de atividade imaginária, imaginário, função imaginária e produção imaginária.

Para Pino (2006), a produção imaginária se refere a um tipo de atividade produtiva de caráter imaginário, configurando-se como um dos pilares do processo de humanização. Podemos afirmar que a produção imaginária é um pré-requisito de toda produção humana, seja ela de natureza material ou simbólica.

A atividade imaginária advém dessa produção imaginária, tendo tal atividade uma natureza criadora que permite aos homens atuar na natureza e transformá-la em prol dos seus interesses, o que, dialeticamente, leva à transformação deles próprios. A esse processo, Pino (2006) denomina de humanização do homem e da natureza.

Planejamento: por que e para quê?

Neste eixo desenvolvemos brevemente algumas ideias de importantes referências na teoria do planejamento para compreendermos o que consiste planejar, quais os interesses do planejamento e o que ele pode produzir no âmbito das Políticas Públicas em Educação. Partimos do pressuposto de que o planejamento possibilita olhar para a realidade de forma mais completa, entrando em contato com suas contradições, problemas e potencialidades para que seja possível propor ações e intervenções que levem à sua transformação.

Carlos Matus foi um economista, pesquisador e docente chileno que exerceu forte influência em vários países latino-americanos no que concerne ao planejamento de Políticas Públicas, com experiências no CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina. Foi ministro no governo de Salvador Allende e, com o golpe militar, exilou-se na Venezuela onde participou ativamente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), criando modelos de planejamento que levavam em consideração aspectos sociais, políticos e culturais (CARAZZATO, 2000).

Segundo Matus (1993), o planejamento refere-se a qualquer atividade humana em que é necessário um esforço para alcançar um objetivo. Planejar representa, assim, a tentativa de submeter o curso dos acontecimentos à vontade humana sem que haja passividade perante os acontecimentos, ao contrário, existindo uma ação e condução do futuro.

O planejamento consiste num processo social em que o homem indivíduo realiza um ato de reflexão superior e reconhece que é pela consciência e força do homem coletivo que se enfrentam os fatos para se alcançar objetivos racionalmente decididos. Tal homem coletivo depende do homem indivíduo e é formado por intenções de diferentes ordens. Isso significa que, como ator do plano, fica responsável por estimular a consciência social de cada homem indivíduo, agora agrupado com muitos outros homens com interesses ou visões parecidas, conformando uma força social que decide lutar por conduzir e não ser conduzido, que busca submeter o movimento da realidade à sua vontade social com o objetivo de alcançar o futuro que ele mesmo delineou (MATUS, 1993).

O homem coletivo é o condutor do processo social. Por isso, o planejamento surge como um problema entre os homens, tanto o homem indivíduo, quanto o homem coletivo e as forças sociais. No entanto, o problema entre os homens torna-se conflitante na medida em que cada força social representa versões e inserções sociais distintas lutando por diferentes desenhos de futuro (MATUS, 1993).

Assim, o planejamento deve aceitar que ele se desenvolve em um meio resistente, visto que inclui outros homens que podem ter opiniões e entendimentos divergentes diante das diferentes visões, objetivos, recursos e poder. O objeto do planejamento está sempre em movimento e esse não é distinto de nós como produtores sociais (MATUS, 1993).

Planejar é o mesmo que conduzir conscientemente. Isto é, ou planejamos ou ficamos presos às circunstâncias. Recusar o planejamento é negar a possibilidade de pensar o futuro e imaginá-lo, aceitando-o seja ele qual for. Por isso, “o planejamento é assim uma ferramenta

das lutas permanentes que o homem trava desde o início da humanidade para conquistar graus crescentes de liberdade” (MATUS, 1993, p.15).

O planejamento é uma necessidade do homem e da sociedade. Cada homem é um governante de seus atos e aí constrói e defende sua liberdade. Porém, cada homem decide, também, por ação ou omissão, consciente ou inconscientemente, para que o governo do sistema em que vive lute por ganhar liberdade de opções ou se entregue às circunstâncias. Não sabemos se podemos conduzir o mundo para onde queremos, mas não podemos renunciar a tentá-lo. E esta tentativa pode ser beneficiada pelo planejamento (MATUS, 1993, p.16)

Matus criou o planejamento estratégico situacional a fim de considerar o planejamento como reforma social, propondo a análise dos sistemas e uma visão para o futuro. Ele rompe com o modelo normativo de planejamento o qual baseia-se numa perspectiva linear, em etapas, e, em seu lugar, defende um modelo baseado em momentos simultâneos, um planejamento mais flexível que permite trabalhar com a complexidade dos problemas sociais (MATUS, 1993).

Em relação ao planejamento estratégico na universidade brasileira, Bryan (2019) destaca, além do planejamento estratégico situacional de Carlos Matus, a existência de alguns outros modelos em destaque na década de 1990 os quais foram influenciados pelo neoliberalismo, a saber: os modelos empresariais de planejamento estratégico, o planejamento estratégico acadêmico desenvolvido por Arguin, o pensamento estratégico de Mario Testa e a corrente de planejamento democrático participativa de inspiração humanista.

Os modelos empresariais têm como objetivo potencializar os lucros, sendo caracterizados pela centralização do corpo dirigente da empresa que atribui os planos a serem atingidos e os meios a serem colocados em prática. Nas décadas de 1980 e 1990, foram disseminadas diversas modalidades de planejamento estratégico empresarial no Brasil, com a incorporação de dispositivos como o “Controle Total da Qualidade” e Círculos de Controle de Qualidade (BRYAN, 2019).

O planejamento estratégico universitário desenvolvido por Arguin propõe uma análise mais detalhada que considera a visão de futuro da instituição e leva em consideração as especificidades da instituição acadêmica. O autor destaca quatro etapas acerca do processo de desenvolvimento estratégico. A primeira diz respeito às diretrizes da universidade, sua filosofia e principais orientações; a segunda compreende a análise do ambiente externo, isto é, as diferentes condições sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que podem influenciar na universidade e no planejamento em elaboração; a terceira se refere à análise do ambiente interno, as características da universidade, seus membros, projetos desenvolvidos, recursos,

aspectos positivos e negativos da instituição; a quarta e última etapa consiste na articulação do ambiente interno com o externo para que seja possível identificar as possibilidades de trabalho que estejam relacionadas aos valores institucionais a fim de conseguir atuar em consonância com os objetivos da universidade (ESTRADA, 2000).

O pensamento estratégico de Mario Testa revela o compromisso do planejamento com a mudança social, política e econômica. Sendo uma referência no planejamento em saúde pública na América Latina e Caribe, Mario Testa foi um médico sanitário argentino que fez sua análise sobre o planejamento partindo da avaliação do poder e a relação deste com os diferentes sujeitos nas diversas etapas do diagnóstico situacional. Para isso, propõe um diagnóstico que é dividido em três tipos: administrativo, estratégico e ideológico, os quais têm os propósitos, respectivamente, de crescimento e produtividade; de situar as mudanças na busca por equilíbrio; e de legitimar as propostas de ação a partir da concordância entre as ideologias existentes no contexto social. Uma síntese diagnóstica é elaborada a partir desses diagnósticos, o que possibilitará a criação de programas de ação (JESUS, 2011).

O planejamento democrático participativo de inspiração humanista tem na sua base a Teologia da libertação e o marxismo. Ele pressupõe a participação popular no planejamento com vistas a compreender a realidade a ser transformada, articulando ação e reflexão (BRYAN, 2019).

Ao propor a superação do planejamento realizado pelos tecnocratas, este muito presente no Brasil durante o período da ditadura militar, o modelo democrático participativo preconiza transformações sociais, políticas e econômicas para a superação das desigualdades presentes na sociedade (MESQUITA & COELHO, 2008). Paulo Freire, embora não tenha discutido especificamente sobre planejamento, foi uma inspiração para grandes teóricos da área, sendo uma influência internacional ao trazer para o debate as categorias de conscientização, problematização, crítica e emancipação.

Friedmann (1991), por sua vez, entende o planejamento como forma de colocar o conhecimento a serviço da ação. O autor faz um resgate histórico acerca do planejamento e, assim como Matus, introduz o conceito de planejamento como uma atividade que tem como foco o futuro, selecionando do passado elementos úteis para analisar as condições existentes de forma mais exitosas, considerando o que se deve mudar e como atingir tais mudanças. O planejamento deve, assim, voltar-se para os propósitos, motivações, e contingências e riscos das diferentes práticas.

Friedmann (1991) apresenta quatro tradições de pensamento sobre o planejamento as quais têm como preocupação central a premissa de como o conhecimento

deveria ser devidamente ligado à ação. São elas: reforma social, análise de políticas, aprendizagem social e mobilização social.

A reforma social parte da ideia de que é possível reformar o Estado a partir do seu papel na orientação social. O planejamento é tido como aplicação do conhecimento científico aos negócios públicos com a finalidade de institucionalizá-lo e investigar a variedade de controle sociais que o Estado dispõe para estar em consonância com seus planos (FRIEDMANN, 1991).

A análise de políticas foi influenciada por Hebert Simon e baseia-se na ideia de que o uso de teorias científicas e técnicas matemáticas auxiliam na identificação e cálculo com precisão das melhores soluções. São também chamados de engenheiros sociais e têm como valores o individualismo, supremacia do mercado na distribuição dos recursos e conservadorismo (FRIEDMANN, 1987).

A aprendizagem social parte da superação entre conhecer e atuar e tem em John Dewey a influência sobre o “aprender fazendo”. Para os teóricos dessa tradição o conhecimento advém da experiência e é validado na prática, sendo, assim, totalmente uma parte da ação. A experimentação social, a observação cuidadosa dos resultados e a capacidade para admitir os erros e aprender com eles possibilitam, como modos científicos, a mudança do comportamento social (FRIEDMANN, 1991).

A mobilização social pressupõe a ação coletiva e é influenciada pelos movimentos sociais de esquerda, desde os marxistas até os utópicos e anarquistas, compreendendo o comunitarismo utópico, terrorismo anarquista, luta de classes marxistas e a defesa neomarxista dos movimentos sociais emancipatórios. “A mobilização social é uma ideologia dos despossuídos, cuja força deriva da solidariedade social, da serenidade de sua análise política, e da sua determinação para mudar o status quo” (FRIEDMANN, 1991, p.102).

Após apresentar os motivos que levam às atuais crises no planejamento, Friedmann (1991) defende o retorno à prática radical, isto é, o planejamento que tem suas raízes intelectuais na tradição da mobilização social. Desse modo, foca o poder político na sociedade civil, recuperando o sentido de uma comunidade política ativa implicada com uma prática emancipatória.

Com isso, o autor entende o planejamento radical como a mediação entre teoria e prática para a transformação social, pressupondo as mobilizações sociais de caráter emancipatório em que haja intensa participação social. O planejador, nesse caso, é tido como um militante no coletivo político que atua, sendo secundário o papel de organizar e conduzir o processo (FRIEDMANN, 1991).

O planejamento radical tem o objetivo de emancipar a humanidade da opressão social e das desigualdades geradas pelo Estado e pelo mercado (FRIEDMANN, 1991). Ao resgatar a vida produtiva e genérica do homem, enfatiza a vida que cria vida a partir de atividades livres e conscientes. É, portanto, um modo de enfrentamento ao trabalho alienado que afasta o homem do processo de produção da vida cultural (MARX, 2017).

Todos os modelos e tradições de planejamento apresentados neste eixo visaram expor as diferentes teorias e metodologias que podem fundamentar as políticas de planejamento. A depender da perspectiva adotada, as políticas poderão ser construídas de forma horizontal, com a participação civil; vertical, de forma autoritária e conservadora; tendo a materialidade da realidade (a práxis) como base; ou a partir de modelos internacionais, desconectados das demandas locais. Essas diversas condições irão repercutir nas políticas públicas educacionais, uma vez que influenciarão na forma de trabalho adotado, nas prioridades das instituições educativas, nos valores institucionais, nos projetos desenvolvidos, no emprego dos recursos disponíveis, dentre tantas outras questões relevantes.

Comum, participação social e criação de vida

Retomando o objetivo deste artigo, buscamos tecer neste momento algumas reflexões que relacionam o que foi discutido com a ideia de comum e a crítica ao neoliberalismo proposta por Dardot & Laval (2017) e Sawaia (2014). Nosso interesse é a defesa do planejamento como uma atividade imaginária que tem como princípio a disputa por um projeto de sociedade que não reproduza a desigualdade, naturalizando as relações de poder e os efeitos do capitalismo na vida das pessoas.

Como vimos em Marx, só é possível compreendermos os indivíduos a partir das suas relações com outros indivíduos, isto é, nas relações sociais. Desse modo, embora os homens vivam em circunstâncias que lhes são impostas, eles estão constantemente produzindo novas situações de vida, a partir das suas necessidades (KONDER, 1999).

O homem se diferencia dos animais pelo fato de antes de realizar o seu trabalho ser capaz de projetá-lo, isto é, de planejar e imaginar caminhos para atingir os seus objetivos e escolher aquele(s) que melhor lhe atenda. Assim, o desenvolvimento do trabalho criador está, para Marx, relacionado à liberdade do homem e à sua humanização (KONDER, 1999).

Dardot e Laval (2017) partem da ideia do comum como a nova razão política que deve substituir a razão neoliberal pautada na privatização e lucro. Para os autores, esse comum consiste naquilo que uma sociedade e grupo decidem coletivamente pôr em comum e administrar em comum. É um agir político que tem sua força no compromisso prático que une todos que elaboram juntos as regras da sua atividade, sendo válido para os coparticipantes de uma mesma atividade (DARDOT & LAVAL, 2017).

Essa nova razão política é pautada no autogoverno e auto-organização, um tipo novo de comunismo fundamentado na ideia de que coletividades têm o poder de pôr em comum e organizar democraticamente esse fazer comum. Isto é, reencontrar a capacidade de auto instituição da sociedade para transformar a si mesma.

Entendemos por “política” a atividade de deliberação pela qual os homens se esforçam para determinar juntos o que é justo, bem como a decisão e a ação decorrentes dessa atividade coletiva. Portanto, política não é um “fazer” reservado a uma minoria de profissionais, não diz respeito à competência de especialistas e não pode ser profissão: ela é assunto para aquele que queira ou deseje participar da deliberação pública, seja qual for seu status ou sua profissão (DARDOT & LAVAL, 2017, p. 616).

Sawaia (2014) também argumenta sobre o comum, alegando que a potência revolucionária da subjetividade vem desse comum. A emancipação humana é possível quando, nas relações sociais, o homem individual se converte em ser genérico.

[...] alguém é capaz de ação revolucionária como indivíduo somente na medida em que está envolvido na atividade de mudar a sociedade. Nessa dialética entre ação individual e social, cotidiana e histórica, a atividade torna-se uma potência de expansão, uma força que nos remete para além de nossas vidas, nos faz ver o que há do outro lado da vida rotineira e habitual. O sujeito dessa atividade é crítico, criativo. Sua subjetividade é desprivatizada e despsicologizada, e sempre remetida ao coletivo (p.14).

A partir de toda a discussão apresentada, consideramos que o ser humano tem capacidade de criar, planejar e mudar a sociedade, planejando e desenvolvendo políticas que atendam às necessidades sociais. No entanto, tais possibilidades não se dão de forma aleatória e simples, elas se realizam/são tensionadas numa determinada condição material que é contraditória e requer uma profunda análise política e ideológica das bases pela qual ela é formada.

Se entendemos que “o imaginário é o que define a condição humana do homem” (PINO, 206, p.49) e que a criação é uma necessidade do psiquismo, concluímos que o sujeito completamente adaptado ao mundo nada desejaria e, por isso, não poderia criar. Desse modo, há na base da criação uma inadaptação da qual surgem necessidades, anseios e desejos.

Acreditamos que a inadaptação faz com que os sujeitos mobilizem potências criadoras, imaginando, criando e transformando a si e ao mundo. O planejamento tem grande relação com esse processo, pois pressupõe desenhos de futuro que, se críticos, questionadores e engajados com as dimensões sociais, culturais e políticas, podem articular coletivos e contribuir com a transformação da realidade e emancipação humana. Nesse sentido, defendemos que no coletivo é possível identificarmos possíveis caminhos para o planejamento das Políticas Públicas em Educação, bem como de transformação social.

Referências

BRYAN, N.A.P. *A Economia da Educação como disciplina e área de pesquisa*. Notas de aulas. UNICAMP, 2019.

CARAZZATO, J. *Planejamento público: a contribuição teórico-metodológica de Carlos Matus*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2000.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ESTRADA, R. *Os rumos do planejamento estratégico na universidade pública*. Um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Maria. 2000. 206 p. Tese de Doutorado – UFSC, Florianópolis, 2000. DOI: <https://doi.org/10.20872/24478407/regmpe.v4n3p33-52>.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. DOI: <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v9i3.1108>.

FRIEDMANN, J. *Planificación en el ámbito público*. Colección Estudios. Madrid, 1991.

JESUS, W.L.A., et al. Planificação em saúde na América Latina: uma construção histórico-social. In: JESUS, W.L.A., and ASSIS, M.M.A., orgs. *Desafios do planejamento na construção do SUS* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 29-59. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523211769>.

KONDER, L. *Marx – vida e obra*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARX, K. *O Capital: Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 2017.

MATUS, C. *Política, Planejamento & Governo*. Tomo I. Brasília: IPEA, 1993.

MESQUISTA, M.F.M. & COLEHO, M.H.M. Breve trajetória histórico-pedagógica do planejamento de ensino e da avaliação de aprendizagem. *Dialogia*, São Paulo, v.7, n.2, p.163-175, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5585/dialogia.v7i2.1345>.

PINO, A. A produção imaginária e a formação do sentido estético: Reflexões úteis para uma educação humana. *Pro-Posições*, v. 17, n. 2 (50), p. 47-69, maio/ago. 2006.

SAWAIA, B.B. & SILVA, D.N.H. Pelo reencantamento da Psicologia: em busca da positividade epistemológica da imaginação e da emoção no desenvolvimento humano. *Caderno CEDES* [online], 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/cc0101-32622015v35especial154115>.

SAWAIA, B.B. Transformação social: um objeto pertinente à Psicologia Social? *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 4-17, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-71822014000600002>.

VIGOTSKI, L. S. Psicologia concreta do homem. *Educação & Sociedade*, v. 21, n. 71, p. 21-44, 2000.

VIGOTSKI, L. S. *Imaginação e criação na infância*. São Paulo: Ática, 2009.

VYGOTSKI, L. S. *Obras Escogidas III: Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores (1931)*. Madrid: Editora A. Machado Libros, 2006 [1993].